

Diário Notícias 19-09-2006	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	776 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/6

AVIÕES DA CIA 6

Carlos Coelho elogia Espanha e critica EUA na luta antiterrorismo



Diário Notícias 19-09-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	776 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/6

“Atitudes titubeantes do Governo estão a lançar suspeitas sobre Portugal”

Carlos Coelho

Eurodeputado do PSD

46 anos, natural de Lisboa

Presidente da comissão de inquérito do Parlamento Europeu aos voos da CIA na Europa que terão permitido a detenção de supostos terroristas islâmicos por meios extrajudiciais.

📞 Pedro Correia 📞 Gonçalo Santos

Bruxelas estranha o silêncio português no inquérito em curso sobre os aviões da CIA. Carlos Coelho adverte Sócrates: “Não acredito que um Governo de um país europeu não queir dar prova de que está na primeira linha da defesa dos direitos fundamentais dos seus cidadãos.”

Existem sérias suspeitas, por parte do Parlamento Europeu, de que Portugal permitiu voos ilegais da CIA em território nacional?

Tenho sustentado desde o início que não há indícios graves relativamente a Portugal, ao contrário do que sucede com outros países. Mas atitudes titubeantes das autoridades nacionais não ajudam a esclarecer a verdade. Aquilo que a Europa quer é esclarecer a verdade e que a comissão [do PE] a que eu presido esteja em condições de formular recomendações às instituições dos Estados-membros [da União Europeia]. Todas as atitudes titubeantes na colaboração com este esforço avolumam as suspeitas. Receio que isto esteja a suceder com Portugal.

Ainda não recebeu os esclarecimentos necessários do Governo?

O Governo português teve, desde o início, uma atitude equívoca na relação com a comissão. Não enviou documentos, exceptuando a acta das declarações do [ante-

rrior] ministro Freitas do Amaral na Assembleia da República, que era aliás um documento público.

Depois de muito instado, anunciou que iria enviar mais documentos que nunca nos chegaram. Agora temos um pedido ao actual ministro, Luís Amado, para depor perante a comissão do PE. Mas ainda não houve resposta.

O Governo espanhol teve uma atitude diferente...

Há um flagrante contraste entre a atitude do Governo português e do Governo espanhol, que já se traduziu na participação do ministro [dos Negócios Estrangeiros] Moratinos na comissão.

Ficou satisfeito com os esclarecimentos fornecidos por Madrid?

Muito satisfeito. O Governo espanhol mostrou grande firmeza relativamente às alegações, anunciou que faria investigações próprias e esclareceu dúvidas.

E quanto a outros países?

Há grande espírito de colaboração com Itália: o chefe dos serviços secretos já depôs à porta fechada perante a comissão. O provedor de justiça sueco tem colaborado. Outros governos têm colaborado, inclusive com o envio de informação confidencial.

Acha sustentável que Portugal não colabore?

Os tratados prevêm um dever de leal cooperação dos Estados-membros com as instituições comunitárias. É ao abrigo dos trata-

dos que o PE está a dirigir estes pedidos de informação.

Mas não pode exigí-la...

Não tenho o direito de exigir o envio de documentos ou o depoimento de qualquer entidade. Mas posso tornar público – e farei isso no final do mandato – quais foram os governos que colaboraram e os que não colaboraram. Não acredito que qualquer governo democrático de um país europeu não queira, perante a opinião pública, dar prova de que está na primeira linha da defesa dos direitos fundamentais dos seus cidadãos.

Portugal não foi mencionado no relatório preliminar. Isto atenua o dever de cooperação com o PE?

Esse dever de cooperação não é atenuado por nada. O facto de não haver nenhuma citação directa a Portugal no relatório preliminar, feito quando havia apenas cinco meses de trabalho, tem a ver com a natureza desse relatório. À medida que investigamos, todos os dias há descobertas novas. Hoje existe uma atenção internacional relativamente a Portugal que não havia do início. Algumas atitudes titubeantes do Governo português estão a ajudar a lançar suspeições sobre Portugal.

É fundamental as autoridades portuguesas irem a Bruxelas ou uma delegação do PE pode, em alternativa, deslocar-se a Lisboa?

Não acho essencial que seja em Bruxelas ou em Lisboa: o essen-

Diário Notícias 19-09-2006	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	776 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/6

cial é que haja um esforço de cooperação para provar que existe boa fé e não há nada a esconder. I



Diferença | Segundo Carlos Coelho, Espanha de Zapatero "é um bom exemplo" na luta ao terrorismo com respeito pela lei, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos

Combate ao terrorismo não deve usar o arbítrio típico da Idade Média

Houve quem acusasse a sua comissão de inquérito de ser politicamente orientada.

Um conjunto de pessoas considerava que os Estados Unidos nunca mantiveram prisões secretas, nunca praticaram a tortura e não detinham prisioneiros ilegalmente. Até à declaração do presidente Bush, na semana passada, muitos acreditavam que a comissão a que eu presido se alicerçava em mentiras antiamericanas. Mas não eram mentiras, eram realidades evidentes, reconhecidas pelo próprio presidente dos EUA.

Personalidades da sua área política, como Pacheco Pereira e Vas-

Diário Notícias 19-09-2006	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	776 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/6

co Graça Moura, recomendam ao Governo que não preste colaboração ao PE. Isso incomoda-o?

Portugal é um país livre e o PSD é um partido democrático. Respeito a diferença de opiniões. Acredito que alguns olhem para os Estados Unidos como padrão do respeito pelos direitos humanos. Mas após a declaração de Bush ter-
rão de pensar duas vezes: ele próprio reconhece que há prisões se-
cretas. Algumas pessoas estive-
ram quatro anos em Guantánamo
e foram agora consideradas ino-
centes depois de terem sido pri-
vadas de quatro anos de vida de

uma forma brutal, sem recurso a
advogados. Isto é uma violência
inacreditável. O combate ao ter-
rorismo internacional deve ser fei-
to dentro das regras do Estado de
Direito. Se usarmos as mesmas ar-
mas dos terroristas para os com-
batermos, perdemos qualquer su-
perioridade moral. E temos um
bom exemplo ao nosso lado: a Es-
panha tem lidado com o terroris-
mo – quer o da ETA quer o islâmi-
co – dentro das regras do Estado
de Direito. De forma mais trans-
parente, mais aceitável e mais de
acordo com os nossos padrões do
que a seguida pelos Estados Uni-

dos. Os norte-americanos adopta-
ram regimes de excepção que não
podem merecer a nossa compla-
cência.

**Como qualifica o combate ao ter-
rorismo por meios extra-legais?**

Considero-o inaceitável. Só
aceito o combate ao terrorismo
dentro da legalidade. O arbítrio
pertence à Idade Média: a nossa ci-
vilização foi capaz de o repudiar
evoluindo para melhores padrões.
O combate pela lei deve ocorrer
sempre dentro da lei. Não há pos-
sibilidade de tergiversar nesta ma-
téria, sob pena de criarmos situa-
ções de que haveríamos de nos ar-
repender. ■